



 BID | Invest

SUSTAINABILITY WEEK 2024

O LEGADO DA AMAZÔNIA

MANAUS - BRASIL





Introdução	3
Capítulo 1: Amazônia	6
Amazônia, lugar de desafios e soluções	6
Unir esforços para gerar impacto	8
Amazônia Sempre	9
Desafio de mobilizar parcerias e recursos para impactar	10
Capítulo 2: Bioeconomia	11
O valor de conservar e investir na natureza	11
O caminho para mudar a lógica de destruição do bioma	12
Capítulo 3: Inclusão	14
Crescer e compartilhar sem deixar ninguém para trás	14
Explorando novas possibilidades	15
Inclusão a partir do topo	18
Capítulo 4: Investimento de impacto	20
Cenário de oportunidades demanda aprendizado e inovação	20
Originar para compartilhar	24
Governança nas empresas familiares	28
Mercado em expansão é oportunidade para investimento	28
Capítulo 5: Mudanças climáticas	30
Agenda exige urgência e engajamento	30
Descarbonização passa pelo incentivo ao sequestro de carbono	32
Soluções em parceria com a natureza	32
Cenário internacional	35
Resultados	36

Introdução

Caros colegas e parceiros,

É com grande satisfação que apresento a vocês o “Legado da Amazônia: Insights da Sustainability Week 2024”. Este documento não apenas sintetiza as discussões e conclusões da nossa semana de sustentabilidade, principal evento sobre o tema com foco em impacto, mas também reflete o nosso compromisso inabalável com a preservação da Amazônia e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Após meses de planejamento, formação de equipes, estabelecimento de parcerias estratégicas e definição de uma visão clara dos desafios e necessidades da região, o BID Invest fortalece as suas atividades e aumenta o seu compromisso para promover o crescimento econômico da Amazônia, que inclui os oito países que compartilham a Bacia Amazônica.

A escolha de Manaus para sediar a Sustainability Week 2024 foi um tributo à singularidade e importância global da Amazônia. A Amazônia

é um tesouro inestimável que sustenta nossas vidas e conecta oito países em uma causa comum. A floresta amazônica não só abriga mais de 50 milhões de pessoas, mas também absorve 20% das emissões de CO2 do planeta e contém 40% da água doce da América Latina.

O que vivenciamos durante este evento foi uma demonstração poderosa de cocriação e colaboração. Em um evento híbrido, com agenda online e presencial, reunimos líderes empresariais, investidores, formuladores de políticas, acadêmicos, pesquisadores e representantes das comunidades e do terceiro setor para gerar soluções práticas e viáveis. Nossa intenção com este documento é não deixar que todos os ricos debates ocorridos naquela semana fiquem localizados num único espaço de tempo, e possam perseverar numa leitura atenta, provocando novas reflexões e discussões para cumprirmos os desafios que temos à nossa frente. Para isso é que

contratamos a equipe da Alter Conteúdo, uma agência de comunicação especializada nos temas da sustentabilidade, para trazer um compilado fiel dos destaques da SW24 que desejamos reverberar nas nossas ações futuras.

Esta publicação é um legado do esforço coletivo, encapsulando as melhores práticas, ideias inovadoras e compromissos que emergiram da Sustainability Week 2024. Reunimos em cinco capítulos - baseados nos pilares centrais do evento: Amazônia, Bioeconomia, Inclusão, Investimento de Impacto e Mudanças Climáticas - o que de mais inspirador foi debatido em Manaus. Assim, esta publicação servirá como uma ferramenta valiosa para todos aqueles empenhados em promover práticas de negócios mais sustentáveis, que produzam impacto positivo para o meio ambiente, a economia e as pessoas.

O evento é o ápice de um processo de diálogo com clientes e stakeholders que almejamos que tenha continuidade na plataforma SW, um espaço no qual instituições afins e players comprometidos com investimentos de impacto se unem para colaborar, acelerar e amplificar esta agenda no futuro. A diferença entre simplesmente nos reunirmos em uma sala e compartilharmos melhores práticas e realmente construir uma comunidade de realizadores é fundamental. Estamos trabalhando juntos para criar uma trajetória de colaboração aumentada, dando visibilidade a inúmeras transações que podem ser financiadas e atrair investidores que compartilhem a nossa visão de desenvolvimento inclusivo e sustentável para a América Latina e o Caribe.

Nosso objetivo é claro: cocriar soluções com parceiros que compartilham nossos compromissos. Este é um chamado à ação. Agora que absorvemos, aprendemos uns com os outros e exploramos esses tópicos e estudos de caso, é hora de agir. Vamos colocar esse conhecimento em prática. Continuemos a inovar, colaborar e co-criar soluções.

Devemos pensar globalmente, agir localmente e implementar soluções que atendam às necessidades das pessoas. Este é um chamado à ação para todos nós.

Vamos fazer a diferença juntos.

Convido todos vocês a se juntarem a nós nesta jornada.

Com profunda gratidão e determinação, espero que tenham uma ótima leitura.



*Luiz Gabriel Azevedo
Diretor Geral de Estratégia do BID Invest*

SW24: De Manaus para o mundo inteiro

Um evento híbrido para compartilhar conhecimento e potencializar o alcance das melhores práticas para o avanço da sustentabilidade

O compartilhamento de conhecimento dedicado ao avanço da sustentabilidade na América Latina e no Caribe é um dos pilares do SW24. A fim de promover a colaboração e ampliar o alcance do evento, o BID Invest desenvolveu uma agenda digital dinâmica baseada em um modelo híbrido de participação.

Essa agenda teve início antes mesmo dos painéis presenciais em Manaus, com a realização de 12 treinamentos virtuais em sessões ao vivo, abertas ao público em geral, com mais de 2 mil participantes online do mundo todo. Realizados um dia antes do evento presencial, os treinamentos foram conduzidos por especialistas do BID Invest e empresas parceiras em português, inglês e espanhol e estão disponíveis nos links abaixo.

Além disso, o SW24 teve transmissão ao vivo da sala plenária principal e sessões exclusivas de 20 a 30 minutos, chamadas de palestras de impacto, para o público digital. Foram 30 palestras de impacto transmitidas ao vivo de Manaus via LinkedIn, X, Facebook e YouTube, que incluíram desde conversas individuais com líderes setoriais até painéis de discussão e palestras.



Esse formato híbrido permitiu ao BID Invest maximizar o alcance do evento, possibilitando a participação mundial e potencializando o efeito de rede, permitindo que indivíduos com ideias semelhantes possam compartilhar melhores práticas e promover a colaboração em iniciativas de impacto. Por meio da plataforma virtual, o evento contou com a participação de pessoas em 78 países diferentes.

Os painéis e conversas do SW24 realizados na sala plenária principal e as palestras de impacto estão disponíveis no perfil do *BID Invest no Youtube*.

Para conferir os treinamentos virtuais, clique nos links abaixo:

1. [Reportando el impacto de bonos verdes y sociales](#)
2. [Compliance programs for SMEs](#)
3. [Managing integrity risks: what is the role of the board of directors?](#)
4. [Governança para empresas familiares: o caso Bemol](#)
5. [Guia de boas práticas: Gestão de relações trabalhistas na cadeia de cana-de-açúcar](#)
6. [Human rights for business](#)
7. [Independencia económica para líderes jóvenes](#)
8. [Managing gender-based violence and harassment grievances](#)
9. [Análisis de impactos acumulativos](#)
10. [Guía de buenas prácticas: gestión de aguas residuales para el sector agroindustrial](#)
11. [Transition planning: climate opportunity and risk management for Financial Institutions](#)
12. [Sustentabilidade e inovação: as chaves para o saneamento no sul global](#)
13. [Medição e gestão do impacto para as instituições financeiras](#)

Amazônia

Capítulo 1

Amazônia, lugar de desafios e soluções

Falar de Amazônia em território amazônico. Essa foi a tônica dos três dias de debates, palestras, encontros e reuniões da Sustainability Week 2024 (SW24), que ocorreu em Manaus, de 11 a 13 de junho. Para muitos dos quase mil participantes de 38 países que se deslocaram até a capital amazonense, foi a primeira viagem à região amazônica. E, como lembrou o CEO do BID Invest, James Scriven, na abertura do evento, a Amazônia dispensa apresentações.

Foco da atuação do Grupo BID, a América Latina e o Caribe abrigam sete dos 25 *hotspots* de biodiversidade do mundo. Além disso, a região concentra 40% da biodiversidade, 40% da água doce e quase 50% das florestas tropicais do planeta, lembrou Scriven. Esses ativos naturais, no entanto, não estão sendo bem aproveitados: falta estratégia, conhecimento técnico específico, capacidade institucional instalada e

financiamento disponível para que os projetos baseados na natureza da região alcancem seu pleno potencial.



“Não é necessário apresentar a Amazônia para quem está aqui. Na verdade, é a Amazônia que precisa compartilhar algumas ideias com vocês, e uma delas é que este é um espaço único que reúne todos os desafios do nosso continente.”

James Scriven, CEO do BID Invest.

A biodiversidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento da região e proporciona subsistência para diversas populações. Cerca de 20% dos empregos na região são fortemente dependentes de serviços ecossistêmicos, e boa parte dessas vagas é preenchida por populações vulneráveis, como os povos indígenas, que representam 10% da população de mais de 50 milhões de habitantes da região.

Silvia Vilas Boas, Vice-presidente de Finanças, Estratégia, Governança Executiva e Escritório de Transformação da Natura, deu um testemunho baseado na experiência da empresa, que trabalha com comunidades amazônicas há duas décadas e tem uma fábrica, centros de distribuição e um laboratório de inovação sediados na Amazônia. “Temos empreendedores espetaculares aqui, que precisam de apoio, de oportunidade para que os jovens e as comunidades consigam implementar sua renda e prosperar”, disse a executiva, citando o exemplo do chefe tribal da etnia Paiter-Suruí, Almir Suruí.

Como liderança indígena do Território Suruí, ele defendeu a criação de políticas para identificar empreendedores indígenas e incentivar projetos coletivos por meio do plano de gestão dos territórios. “A maior ameaça à floresta é a falta de políticas de emprego e renda. Os povos indígenas têm potencial dentro de seus territórios, mas precisam de apoio”, reforçou Almir Suruí. Para conciliar os objetivos locais

com os grandes objetivos globais, ele acredita que é preciso levar a agenda global para a Amazônia e incluir os povos indígenas nas discussões não apenas para consultas, mas também para a tomada de decisões.



“Quando se fala da Amazônia, é aqui que a gente pode pensar, apoiando a autonomia dos povos indígenas na gestão de seus territórios. É assim que vamos ajudar a proteger a floresta em pé.”

Almir Suruí, chefe tribal do Território Suruí (RO)

Leonardo Mazzei, diretor de Engajamento das Partes Interessadas do BID Invest, destacou que a escolha de Manaus para sediar a SW24 não foi apenas simbólica, mas também prática no contexto de desafios que a América Latina e o Caribe enfrentam. A região está em uma encruzilhada crucial, com desafios que incluem desigualdade, política, baixo crescimento e os impactos implacáveis das mudanças climáticas,



“Como podemos apoiar o cooperativismo para que os jovens não precisem deixar suas comunidades? Precisamos inovar nos instrumentos financeiros para fazer com que os recursos cheguem na ponta para efetivamente mudar essa realidade.”

Silvia Vilas Boas, Vice-presidente de Finanças, Estratégia, Governança Executiva e Escritório de Transformação da Natura

como ocorreu recentemente no Rio Grande do Sul.

Para apoiar negócios inovadores na região, a Rede Financeira para a Amazônia lançou durante a SW24 o **Tambaqui Tank**, um programa de aceleração de projetos-piloto de negócios inovadores. Inspirado no game show norte-americano *Shark Tank*, a versão amazônica do desafio de convencer investidores a financiar novos negócios teve 31 propostas apresentadas na primeira rodada.



“A escolha de Manaus é também prática, porque é daqui da Amazônia que muitas das soluções de que o mundo precisa sairão.”

Leonardo Mazzei, diretor de Engajamento das Partes Interessadas do BID Invest

As 31 propostas apresentadas nas sessões do Tambaqui Tank abordaram soluções em inclusão financeira, agronegócio e silvicultura, financiamento de carbono, financiamento inovador e design de produtos, e parcerias público-privadas. A estimativa de impacto potencial desses projetos alcança 2,1 milhões de beneficiários diretos, 1,2 milhão de hectares de terras reflorestadas e conservadas e 6 milhões de toneladas métricas de CO₂ sequestradas até 2030.

Unir esforços para gerar impacto

Os projetos de negócios inovadores foram apresentados durante a primeira reunião presencial da *Rede de Financeira para a Amazônia* (AFN, na sigla em inglês), criada durante a COP 28 pelo BID Invest e a International Finance Corporation (IFC) e ampliada de 23 para 47 instituições da América Latina e Caribe durante a SW24. Na avaliação de representantes de organismos de financiamento, a adesão de novos participantes à rede poderá ajudar a montar o quebra-cabeças de conciliar crescimento econômico com investimentos de impacto e mudanças climáticas.

“Vejo essa rede se tornando uma catalisadora de desenvolvimento sustentável na região e também como uma ferramenta para mitigar riscos coletivamente”, disse Manuel Reyes-Retana, diretor regional para América Latina da International Finance Corporation (IFC, na sigla em inglês), braço do Banco Mundial para projetos em países em desenvolvimento em parceria com o setor privado.

A partir dos projetos apresentados ao Tambaqui Tank em Manaus, Marisela Alvarenga, CIO do BID Invest, destacou que os efeitos positivos da AFN vão além do impacto financeiro. “Também temos as soluções inovadoras que estamos criando através da rede. Eu estava vendo os diferentes pitches, que são muito bons e vão desde fundos de investimento e bolsas até certificações e créditos de carbono. São muitas ideias”, elogiou a executiva.



Apresentação de propostas nas sessões do Tambaqui Tank, lançado durante a SW24

Iniciativas do Grupo BID para impulsionar investimentos de impacto na Amazônia anunciadas durante a SW24

- **Plano de Ação 2024-2025** para Integração de Capital Natural e Biodiversidade: vai intensificar a inclusão da biodiversidade e do capital natural da região amazônica nas operações do banco;
- **Amazonia BeEco**: busca capacitar oito mil famílias em habilidades sustentáveis nos próximos quatro anos e habilitar uma gestão sustentável de, no mínimo, 400 mil hectares de terras na região amazônica do Brasil, Colômbia, Suriname, Equador, Guiana e Peru;
- **Amazônia ReGenerate Accelerator and Investment Fund**: com aporte inicial de US\$ 11 milhões, vai investir em empresas de bioeconomia com alto potencial regenerativo que operem na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname;
- **Tambaqui Tank**: programa da Rede Financeira para a Amazônia de aceleração de projetos-piloto de negócios inovadores com potencial de impacto de mais de 2 milhões de pessoas, 1,2 milhão de hectares reflorestados ou conservados, além de 6 milhões de toneladas de CO2 sequestradas até 2030.
- **Acordo de cooperação técnica com Serviço Florestal Brasileiro e BNDES**: destina US\$ 1 milhão em recursos não-reembolsáveis para a estruturação de projetos de PPP subnacionais para conservação florestal e recuperação de áreas degradadas.

Fonte: BID Invest

Ou seja, mesmo que aparentemente o setor industrial da região não tenha nada a ver com a conservação da floresta, a geração de empregos e a própria dinâmica econômica criada pela indústria podem agregar valor aos produtos florestais e reestruturar a dinâmica econômica de toda a região, explicou a executiva. Portanto, o setor privado tem um papel fundamental no direcionamento da economia regional”, disse Schor.

Programa Amazônia Sempre

Lançado em junho de 2023, o Amazônia Sempre é um programa guarda-chuva do Grupo BID que pretende unir esforços com todas as partes interessadas relevantes para:

- aumentar o financiamento;
- fortalecer o planejamento e a execução de projetos de geração de impacto;
- compartilhar conhecimento e inovações baseadas em evidências;
- aproveitar a experiência para apoiar o desenvolvimento de políticas;
- aprimorar a colaboração e coordenação regional.

Fonte: *BID*

Amazônia Sempre

Chefe da Unidade Amazônia do Grupo BID, Tatiana Schor lidera as iniciativas do banco na região em linha com o *programa Amazônia Sempre*, lançado pelo BID em 2023. O desafio, destacou a executiva, é remover os riscos do território por meio de uma atuação mais próxima que facilite as sinergias entre os setores público e privado.

“Um dos grandes desafios de se construir alternativas econômicas que conservem a floresta é entender que isso significa muito mais que criar economias florestais. Significa tirar a pressão econômica da floresta, olhar as cidades e como aumentar a produtividade dos serviços urbanos incluindo o ecossistema industrial”, disse Schor.

Dentre os esforços para aumentar o financiamento para a região, objetivo-chave para o sucesso do programa, o banco quer promover novos instrumentos financeiros e uma estrutura regional favorável para a emissão de títulos amazônicos.

Um desses novos instrumentos para mobilizar capital para os países amazônicos já está em desenvolvimento. Em parceria com o Banco Mundial, o BID trabalha na taxonomia para emissão de um novo instrumento financeiro, um Bônus Amazônico para captar recursos destinados a ajudar os países a cumprirem com seus compromissos climáticos.

A iniciativa se destina a capturar parte da demanda global por investimentos na Amazônia, mas é preciso evitar que os recursos sejam investidos em projetos não sustentáveis. “Entendemos que esses recursos precisam ser bem utilizados no Programa Amazônia Sempre, nos pilares em que terão mais impacto”, explicou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn. “Não é um bônus qualquer, é um bônus para a região e nós temos que definir para onde vai e como será usado.”

Desafio de mobilizar parcerias e recursos para impactar

Ao longo das 48 sessões, os desafios e oportunidades da região foram discutidos por 178 palestrantes com o objetivo de mobilizar parcerias e recursos para desenvolver a bioeconomia, promover inclusão, favorecer investimentos de impacto, acelerar a descarbonização e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Entre os participantes da SW24, que incluiu lideranças globais do mundo dos negócios, do setor público e da sociedade civil, um consenso foi se formando ao longo dos painéis do evento. A agenda climática é um desafio que só poderá ser enfrentado com colaboração, parcerias, inovação, novos instrumentos financeiros e recursos públicos e privados. “Está claro que sem a colaboração entre o setor público e privado nós não vamos chegar ao impacto e à escala que queremos”, disse o presidente do BID, Ilan Goldfajn.

Estimativa da *Climate Policy Initiative* aponta que o financiamento climático exigirá um volume anual de cerca de US\$ 9 trilhões até 2030. De 2031 a 2050, a previsão sobe para US\$ 10 trilhões anuais. Por vídeo, Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos e criador da organização *Climate Reality Project*, lembrou que 80% do financiamento climático estimado para os países em desenvolvimento será privado.

A boa notícia é que o financiamento climático global dobrou no biênio 2021/2022 em relação aos US\$ 653 milhões anuais investidos no biênio anterior. A maior parte desse crescimento se deve a um aumento nos recursos direcionados para mitigação, com maior alta nos setores de energias renováveis e de transportes.

US\$ 1,3 bilhão

foi a média anual do valor destinado ao financiamento climático global no biênio 2021/2022.

US\$ 9 trilhões

é o volume estimado anual necessário para o financiamento climático até 2030.

Fonte: Climate Policy Initiative

Anfitrião do SW24, o governador do Amazonas, Wilson Lima, reforçou as palavras de Al Gore: o setor privado é decisivo para gerar empregos e fomentar as economias e o desenvolvimento locais, o que permite melhor qualidade de vida e de oportunidades.



“Preservação não combina com pobreza. O povo do Amazonas precisa do mínimo, ele precisa do básico, de água potável, de saúde, de educação, de comunicação. Precisa de oportunidade, de geração de emprego.”

Wilson Lima, governador do Amazonas

Bioeconomia

Capítulo 2

O valor de conservar e investir na natureza

Quanto vale o saber ancestral que zela pela floresta em pé? A busca por uma resposta a essa pergunta é essencial para que a bioeconomia adquira a dimensão necessária para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. A falta de um sistema de precificação para a conservação e o uso inteligente dos recursos naturais impede que estes sejam plenamente valorizados e integrados nas economias locais e globais. Nos debates que ocorreram em Manaus ficou claro que, para avançar, mais mecanismos de mercado que atribuam valor financeiro aos benefícios ambientais precisarão ser criados.

BIOECONOMIA é a produção, utilização, conservação e regeneração de recursos biológicos, incluindo conhecimentos relacionados, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer soluções sustentáveis (informações, produtos, processos e serviços) dentro e entre todos os setores econômicos e permitir uma transformação para uma economia sustentável.

Fonte: International Advisory Council on Global Bioeconomy

Para equilibrar o produzir com o conservar, a bioeconomia requer uma infraestrutura que inclui redes de transporte eficientes para escoar produtos, a integração de comunidades locais e centros de pesquisa para fomentar inovação e atrair investimentos e até plataformas digitais para promover crédito.

É um novo sistema de produção que precisa mobilizar capital para essas atividades. Por isso, o valor dos ecossistemas em pé e bem cuidados precisa ser precificado para, além de conservar, ter as bases financeiras, sociais e de investimento necessárias para criar infraestrutura bioeconômica.

Porém, a bioeconomia do pagamento de serviços ecossistêmicos ainda é insuficiente porque falta o adequado reconhecimento do valor que têm a conservação e o uso inteligente dos recursos.

US\$ 15,4 trilhões

por ano é o valor monetário estimado dos serviços ecossistêmicos na América Latina e Caribe, montante não internalizado nos sistemas de contas nacionais da região.

Fonte: *BID*

Um novo estudo realizado pelo BID e pelo Instituto Igarapé identificou oportunidades para criar alternativas econômicas sustentáveis para cerca de 50 milhões de pessoas que vivem nos oito países da Amazônia. *“Re-imagining bioeconomy for Amazonia”* é o resultado de quase 100 entrevistas e uma pesquisa em dois estágios com mais de mil entrevistados dos setores público e privado, da academia e da sociedade civil na região. A conclusão é que uma bioeconomia mais robusta e resiliente na Amazônia vai exigir financiamento misto, assistência técnica, colaboração entre setores e países, tecnologia e inovação.

Em contrapartida, a bioeconomia na Amazônia pode fornecer novas oportunidades econômicas para comunidades locais, ajudando-as a manter seus modos de vida tradicionais enquanto participam de uma economia moderna e sustentável. Atividades como a coleta e comercialização de produtos florestais não madeireiros, como frutas e óleos essenciais, e a implementação de sistemas agroflorestais podem aumentar a produtividade e fornecer renda sem desmatamento.

Outras oportunidades incluem desenvolver produtos biotecnológicos baseados na biodiversidade, participar de programas de conservação e pagar por serviços ecossistêmicos, estratégias que promovem a sustentabilidade e melhoram a qualidade de vida das comunidades amazônicas. Além disso, o desenvolvimento de projetos de ecoturismo baseados na biodiversidade e na cultura local pode atrair visitantes e criar empregos.

Mas o sucesso da bioeconomia amazônica, aponta o estudo, será determinado não apenas pelo investimento econômico sustentável. É necessário promover um alinhamento do progresso com o patrimônio natural e cultural da região. Para Tatiana Schor, chefe da Unidade Amazônia do BID, o ponto de partida

para escalar a bioeconomia amazônica é compreender como ela pode ser definida sem perder de vista que uma definição rígida poderia ser contraproducente quando se trata de impulsionar atividades econômicas sustentáveis.

Após ouvir as comunidades amazônicas, ficou claro para o BID que qualquer definição de bioeconomia deve honrar e incorporar os direitos e conhecimentos dos povos indígenas e das comunidades locais, não só como um imperativo ambiental, mas também como uma questão de justiça social e preservação cultural. Além disso, é necessário alinhar as aspirações da bioeconomia com os contextos políticos, econômicos e culturais locais da região amazônica.

O caminho para mudar a lógica de destruição do bioma

A mudança global para investimentos verdes em soluções baseadas na natureza promete abrir novos canais de envolvimento na bioeconomia. Projetos de reflorestamento em larga escala, como os realizados na Amazônia, exemplificam a aplicabilidade prática da bioeconomia: além de transformar terras degradadas em florestas biodiversas que não só sequestram carbono, mas também revitalizam ecossistemas inteiros, geram um impacto tanto local, no território, quanto ao longo do ecossistema.

No campo da segurança climática, encarar o desafio de novas economias sustentáveis é o caminho para lidar com o impacto destrutivo das economias ilícitas sobre a natureza e a biodiversidade regional, especialmente na Amazônia. Um caminho que passa pela oferta de alternativas às pessoas que vivem no bioma como forma de enfraquecer a economia da exploração ilegal e inconsequente dos recursos naturais.

Duas iniciativas anunciadas pelo BIDLab (Laboratório de Inovação do Grupo BID) durante o evento foram desenvolvidas para incentivar a bioeconomia de famílias, comunidades e negócios em estágio inicial localizados na região amazônica. Uma delas, o *Amazon BeEco*, vai investir em bionegócios de comunidades, fomentar habilidades sustentáveis de oito mil famílias e habilitar, no mínimo, 400 mil hectares

de terras nos próximos quatro anos. É um esforço regional para aumentar a renda de famílias que vivem nas regiões amazônicas do Brasil, Colômbia, Suriname, Equador, Guiana e Peru.



“De soluções baseadas na natureza a biotecnologia e agricultura regenerativa, a bioeconomia permeia vários setores e tem o potencial de favorecer o crescimento econômico, o emprego de qualidade e a gestão ambiental.”

Irene Arias Hofman, CEO do BIDLab

Outra iniciativa para impulsionar a bioeconomia é o lançamento do *Amazônia ReGenerate Accelerator and Investment Fund*, um fundo de investimento em empresas de bioeconomia com alto potencial regenerativo que operem na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. O aporte inicial é de US\$ 11 milhões com expectativa de atingir US\$ 30 milhões em 18 meses, que serão destinados a empresas que já estejam operando com um produto mínimo viável (MVP, na sigla em inglês). A ideia é preencher lacunas de financiamento, escalar negócios e impulsionar a economia regenerativa na América Latina e no Caribe.

Para Fábio Maeda, diretor de Controle e Risco do Banco da Amazônia, a atuação na região amazônica requer não apenas investimentos financeiros, mas também um forte componente de assistência técnica e inovação tecnológica.

O banco tem sido um pilar na região por mais de 80 anos, oferecendo microcrédito e apoio técnico para pequenos produtores. Maeda enfatiza que, para aproveitar plenamente as oportunidades econômicas da bioeconomia, é necessário um sistema que valorize e precifique os serviços ecossistêmicos, incentivando práticas sustentáveis e eficientes.

Ele também destacou a importância das soluções tecnológicas para superar os desafios logísticos da região, que dificultam acessar áreas remotas. Com 120 agências na Amazônia, o banco percebeu a importância de adotar tecnologias como assinaturas digitais e plataformas de crédito online, que não apenas facilitam o acesso ao crédito, mas também promovem uma bioeconomia mais inclusiva e eficiente. Maeda acredita que a combinação de financiamento misto, assistência técnica e tecnologia é crucial para transformar a Amazônia em um modelo de sustentabilidade e desenvolvimento econômico.



“A Amazônia tem um potencial incrível para ser um exemplo global de bioeconomia, mas isso só será possível com a valorização dos serviços ecossistêmicos e a utilização de tecnologias inovadoras para superar nossos desafios únicos.”

Fábio Maeda, diretor de Controle e Risco do Banco da Amazônia

Inclusão

Capítulo 3

Crescer e compartilhar sem deixar ninguém para trás

Mais do que um fator legal ou moral, diversidade e inclusão são hoje vantagens competitivas, desde o trabalho na ponta até a viabilidade de captar financiamento. Uma série de *estudos sobre o tema realizados pela consultoria McKinsey*, uma das mais respeitadas em gestão estratégica no mundo, mostram que empresas com maior diversidade de gênero e étnica têm 39% mais probabilidade de alcançar rentabilidade acima da média. Além disso, pela primeira vez em algumas áreas, a representação equitativa é algo no horizonte.

Na América Latina e Caribe (LAC, na sigla em inglês), ainda há muito espaço para incluir e crescer sem deixar ninguém para trás. Apenas para falar em gênero: mulheres ocupam apenas

15% das posições gerenciais e possuem 14% das empresas, *de acordo com levantamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*. Só uma em cada dez empresas tem uma mulher como principal executiva.

Entre os fatores-chave para desigualdade de gênero estão a própria ausência de mulheres em cargos de liderança, falta de treinamento para força de trabalho feminina, especialmente em tecnologias avançadas, e uma cultura empresarial que não favorece a diversidade. O estudo recomenda a implementação de legislações, incentivos, publicação transparente de informações salariais, programas de treinamento e equilíbrio entre trabalho remunerado e não remunerado.

Desigualdade de gênero nas empresas da América Latina e Caribe

- A participação das mulheres predomina significativamente em áreas com atividades de menor risco, como comunicação e relações públicas;
- Em áreas críticas, como o comércio externo, as mulheres representam menos de 35% das pessoas empregadas;
- Há uma taxa mais elevada de mulheres em cargos inferiores (36%) do que em cargos superiores (25%);
- Mulheres representam apenas 35% da força de trabalho que utiliza tecnologias avançadas;
- Seis em cada dez empresas não concedem qualquer tipo de licença-maternidade além do determinado por lei;
- Apenas 15% das empresas analisam se existem disparidades salariais dentro da sua organização.

Fonte: *BID*

Para Patricia Yañez-Pagans, economista da Divisão de Eficácia no Desenvolvimento do BID Invest, incentivos financeiros baseados em desempenho são uma das estratégias possíveis para promover inclusões específicas, mas ela observa que a coleta de dados e a medição contínua dos resultados são essenciais para ajustar e melhorar esses programas.



Explorando novas possibilidades

Em regiões com elevada desigualdade social, como a LAC, a inclusão precisa ir além do ambiente corporativo, permeando iniciativas de desenvolvimento sustentável e engajamento comunitário. A construção da rodovia Xochi, na Guatemala, é um exemplo de como a inclusão social e econômica pode ser integrada em projetos de infraestrutura.

Com financiamento do BID Invest, a obra tem dois terços de mão de obra local entre os trabalhadores, um esforço para trazer todos os atores para dentro do processo de desenvolvimento. Precisamos educar o mercado sobre o que significa ser parceiros e sócios de um empreendimento”, resumiu Carlos Colom, diretor de Infraestrutura e Energia do Grupo IDC.

Uma abordagem inclusiva, além de um norte moral, também é uma estratégia para criar um senso de pertencimento entre as comunidades envolvidas e compartilhar a responsabilidade pela construção da rodovia. Isso mitiga riscos e aumenta o potencial de rentabilidade, já que projetos de infraestrutura dessa magnitude enfrentam complexidades técnicas, sociais e ambientais, além das permissões necessárias, disse o executivo.

“Incentivos baseados em desempenho são concessões financeiras que empresas recebem ao atingir determinadas metas, como contratar mais mulheres. Esses incentivos ajudam a mudar a mentalidade das empresas e aceleram a implementação de programas de diversidade.”

Patricia Yañez-Pagans, economista da Divisão de Eficácia no Desenvolvimento do BID Invest

Transportes

Como a Guatemala está construindo uma rodovia com sustentabilidade social e ambiental

Brunno Motta

Participação econômica, emprego e propriedade estão no centro da abordagem inovadora adotada na Guatemala para construção de uma rodovia com sustentabilidade social e ambiental na costa sul do país. A Rodovia Xochi, conhecida como Estrada das Flores, é um grande projeto de infraestrutura para transporte iniciado em outubro de 2023 para melhorar a conectividade regional e a integração econômica, mas com inclusão das comunidades impactadas. Com conclusão prevista para 2025, a rodovia de 31 quilômetros irá conectar San Antonio Suchitepéquez a San Andrés Villa Seca ao longo da rodovia CA-2 Occidente.

Desde o início, os proprietários de terras no caminho da rodovia tiveram a opção de receber ações do novo empreendimento ou compensação monetária, o que contribuiu para um senso de propriedade compartilhada e benefício econômico. Carlos Colom, diretor de Energia e Infraestrutura do Grupo IDC, que lidera o projeto, contou que a ideia não é fornecer os benefícios para as comunidades locais somente ao final, mas incorporá-las ao

processo de desenvolvimento. “Garantir o direito de passagem foi um esforço colaborativo com os residentes locais. Muitos se tornaram acionistas, garantindo retornos econômicos a longo prazo para suas comunidades”, disse o executivo.

Outro ponto central do projeto é a promoção do emprego na região impactada. De acordo com Colom, cerca de 60% da força de trabalho são compostos por residentes locais, recrutados por meio de um programa de talentos especializado. Além disso, o projeto tem um componente ambiental único, empregando mulheres para cultivar e manter flores ao longo da rodovia, integrando ecologia ao desenvolvimento em infraestrutura.

Com financiamento de US\$ 55 milhões do BID Invest, a Rodovia Xochi demonstra como projetos de infraestrutura podem promover um capitalismo inclusivo e estabelece um precedente importante para futuros investimentos em desenvolvimento de infraestrutura na América Latina e Caribe.



“A responsabilidade social e empresarial é muito importante, pois tem seu valor compartilhado e acreditamos que isso está contemplado no projeto. Conseguir o direito de construir uma via de 31 quilômetros é algo que só pode ser compartilhado.”

Carlos Colom, diretor de Infraestrutura e Energia do Grupo IDC

Investimento de impacto aliado à inovação e tecnologia transformaram a vida de uma pequena comunidade ribeirinha a 60 quilômetros de Manaus. Pioneira na produção de baterias de lítio estacionárias no Brasil, a UCB Power levou essa solução para Santa

Helena dos Ingleses (AM), que sofria com blecautes constantes de energia. “É muito raro encontrarmos uma companhia local que faça isso com tecnologia avançada, e num lugar com altos índices de insolação”, explicou Juan Parodi, oficial de Investimentos do BID Invest.

O lítio, assim como outros minerais abundantes na América Latina e Caribe, são ativos de alto valor para o processo de transição energética necessário ao combate às mudanças climáticas. Essas reservas comprovam que a região pode

contribuir com soluções para muitos dos desafios globais. “Esse é um exemplo de uma solução desenvolvida e fabricada na região que pode ser escalada como solução para muitos países”, disse Parodi.

Energia

Como solução inovadora garantiu energia limpa para ribeirinhos no meio da Amazônia

Andréia Lago

Santa Helena do Inglês é uma pequena comunidade ribeirinha às margens do Rio Negro, onde só é possível chegar após uma viagem de quatro horas de barco a partir de Manaus (AM). A localização remota contribuía para que os blecautes de energia elétrica fizessem parte da rotina dos 130 moradores desse pacato vilarejo no meio da Amazônia. Até 2021, quando um projeto inovador desenvolvido na Zona Franca de Manaus cruzou o rio para tirar a comunidade da escuridão, contribuindo para gerar renda e qualidade de vida para cerca de 30 famílias que vivem na localidade.

Desde então, Santa Helena do Inglês é o cartão de visitas da UCB Power, empresa manauara com 50 anos de atividade que se tornou líder em soluções de armazenamento de energia no Brasil. Em parceria com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), a UCB instalou 132 painéis solares, 54 baterias estacionárias de lítio e nove inversores híbridos na comunidade para gerar energia limpa e constante para os moradores.



Crédito: UCB - Documentário *“Energia que transforma vidas”*

O impacto social do projeto contribuiu para atrair o interesse do BID Invest, que está trabalhando com a UCB na estruturação de um financiamento para que a empresa invista em tecnologia e escale a produção de baterias de lítio. Juan Parodi, diretor das operações do BID Invest na Amazônia, diz que esse é o tipo de negócio com potencial para expandir e viabilizar energia limpa para outras regiões remotas da América Latina e do Caribe.

“É muito raro encontrarmos uma companhia local que faça isso com tecnologia avançada, em uma área remota. Temos interesse que faça ainda mais e continue melhorando”, afirmou Parodi. Uma parceria entre a UCB e o BID Invest terá como um de seus objetivos o monitoramento e o alcance de indicadores de impacto.

Outro modelo para garantir o envolvimento efetivo das partes interessadas foi desenvolvido pela empresa de papel e celulose Klabin. Em cerca de 100 cidades no Brasil, a companhia tem metas de 80% de aceitação e licença social atreladas às bonificações de todos os seus colaboradores, da diretoria até a ponta. Uilson Paiva, gerente de Responsabilidade Social e Relações da Klabin, contou que esse modelo alimenta a estratégia da companhia e está na matriz de riscos corporativos. “Se operamos nos municípios é porque temos uma permissão da comunidade. Não ter ações

voltadas para o ESG torna sua atividade de alto risco. Sem ter esse diagnóstico, você potencializa os riscos”, destacou.

Presidente da Cooperativa de Poupança e Crédito Santa Anita, localizada na Reserva Cotacachi Cayapas, no nordeste do Equador, Yuri Amaya Guandinango Vinuesa contou que o principal instrumento de inclusão é a escuta. “Primeiro observamos, então escutamos as necessidades, e escutar implica também levar em conta o contexto histórico e social dos

associados, como a língua. Temos populações que só falam quechua, então temos de fazer isso nesse idioma”, contou Vinueza no SW24. Membro da etnia quechua, ela preside a primeira cooperativa pertencente a um povo indígena, criada em 2001 para fomentar o crédito para negócios rurais dentro do território, na província andina de Imbabura.



“O contato direto gera transparência, e aí está o valor intrínseco desse processo. Tudo isso gera confiança entre nós, da cooperativa, e aqueles que trabalham em atividades rurais e moram dentro do território.”

Yuri Amaya Guandinango Vinueza, presidente da Cooperativa de Poupança e Crédito Santa Anita (Equador)

Para que os esforços de inclusão na região sejam efetivos, é preciso abordar as barreiras digitais que muitas comunidades e grupos enfrentam e entender essa inclusão como base para que eles possam se desenvolver, lembrou Alejandro Prada, diretor de Assuntos Corporativos e Transparência do BID Invest.

Empoderar economicamente os grupos sub-representados passa pelo fechamento da lacuna digital que ainda existe, o que vai além do acesso à tecnologia. Passa pelo desenvolvimento de habilidades digitais e competências que permitirão que esses grupos participem plenamente do desenvolvimento econômico e social, disse o executivo. “Sem conectividade, essas comunidades ficam excluídas de oportunidades vitais.”

O impacto da IA no mercado de trabalho

A inteligência artificial (IA) está levando a uma reconfiguração significativa do mercado de trabalho, alertou Eric Parrado Herrera, economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Parrado apresentou dados preliminares de uma pesquisa realizada pela instituição, que mapeou as profissões mais expostas ao risco de substituição pela tecnologia.

- ***38% das profissões estão mais expostas no período de cinco anos***
- ***44% das profissões têm mais risco de substituição com o aperfeiçoamento da IA***

Mas o economista-chefe do BID acredita que os números não significam necessariamente uma ameaça. As projeções também indicam oportunidades para o uso da IA em determinadas ocupações, especialmente em regiões onde certos serviços médicos, como radiologia, por exemplo, são menos acessíveis. Por outro lado, profissionais como pediatras e neurologistas são menos expostos.

Fonte: BID Invest

Inclusão a partir do topo

A adesão de princípios e mecanismos inovadores que coloquem as pessoas e as comunidades no centro dos processos que geram desenvolvimento econômico só pode ocorrer com o interesse daqueles no topo da tomada de decisões. Com o estilo direto e simples com que administra uma das maiores redes varejistas do Brasil, Luiza Trajano, presidente do conselho do Magazine Luiza, reforçou a importância de integrar líderes com as operações de base nas empresas. “As pessoas me acham muito inteligente, mas eu não sou, gente. Eu sei fazer perguntas e escutar o outro, então eu sempre estou perguntando como eu posso fazer melhor”, disse a empresária.

A receita, completou, é investir nas pessoas. Ela lembrou que a última coisa que as pessoas almejavam era ser vendedor porque o varejo não valorizava essa função. “Acho que uma das

coisas que contribuimos muito para o varejo foi adotar um plano de carreira para o vendedor, acreditar e profissionalizar essa profissão.”



Marta Viegas, BID; Luiza Trajano, Magazine Luiza; Ilana Minev, BEMOL; e Gabriela Baumgart, grupo Baumgart, durante o painel “O Papel do Conselho de Administração em um Mundo Dinâmico”.

À frente do Conselho de Administração da Bemol, uma das empresas mais antigas da região amazônica, Ilana Minev lembrou que cuidar da Amazônia implica em descer da copa da árvore e cuidar das pessoas que vivem no bioma. Citando o avô, que fundou a Bemol, ela defende que o desenvolvimento sustentável e a inclusão social devem andar de mãos dadas, incorporando comunidades locais e diversos grupos ao processo de crescimento econômico.

Atualmente, a Bemol tem dois programas internos para formação de lideranças femininas na empresa, que tem hoje 40% de gestoras mulheres. Na mesma linha, a varejista patrocina o programa Empreende, Mana!, um curso gratuito realizado pela Rede Mulher Empreendedora para potencializar negócios geridos por mulheres na Amazônia. No estado com maior população indígena do país, a

executiva sonha em ver uma arqueira indígena trazer uma medalha olímpica para o país. Para isso, investiu em um projeto de arquearia para jovens indígenas que une o esporte a uma atividade natural entre os povos originários.

Para Paula Peláez, diretora de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e Gênero, Diversidade e Inclusão do BID Invest, a participação ativa de todas as partes interessadas no desenvolvimento de projetos de inclusão social é crucial para, além de promover justiça social e também melhorar a viabilidade e a eficácia dos projetos. Mais do que isso, a inclusão deve ser parte integral das transformações econômicas, especialmente na transição para uma economia de baixo carbono e digital. Só assim será possível promover uma economia mais justa e sustentável em que ninguém seja deixado para trás.



“O meu avô sempre nos lembrava que as pessoas na Amazônia também querem ser prósperas, também querem ter uma carreira, também querem ter sonhos. Então ele dizia que não bastava só cuidar da floresta, porque para isso a gente precisa desenvolver as pessoas que vivem aqui.”

Ilana Minev, presidente do Conselho de Administração da Bemol

Investimento de impacto

Capítulo 4

Cenário de oportunidades demanda aprendizado e inovação

Ao longo dos debates da SW24, ficou claro que o papel cada vez mais presente da tecnologia e das mídias digitais na vida das pessoas exige das empresas uma série de mudanças estruturais para viabilizar políticas efetivas de investimento de impacto e ESG.

Com a crescente velocidade da informação, as organizações estão sob constante vigilância e escrutínio, o que demanda maior transparência e responsabilidade em suas operações. As mídias digitais amplificam as vozes das partes interessadas, desde consumidores até investidores, e criam uma pressão adicional para que as empresas adotem práticas sustentáveis e responsáveis.



“Vai haver uma mudança grande nos conselhos nos próximos anos porque o mundo está exigindo. O digital mudou tudo e o poder está na mão do consumidor. É uma cultura digital, não é um software, é uma nova forma de lidar.”

Luiza Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza

Diferença entre investimento em ESG e investimento de impacto

Investimentos ESG – Envolvem práticas empresariais que consideram critérios ambientais, sociais e de governança. O objetivo é mitigar danos e promover operações sustentáveis. Entre os exemplos estão empresas que adotam boas práticas ambientais, como redução de emissão de carbono, e sociais, como diversidade e inclusão, além de transparência na governança.

Investimentos de Impacto – São investimentos financeiramente sustentáveis que contribuem para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Buscam gerar impacto social e ambiental positivo além do retorno financeiro, por meio de produtos ou serviços concebidos para enfrentar diretamente desafios socioambientais. O propósito é resolver problemas específicos, como acesso à energia renovável e melhoria na educação, por exemplo. Requerem uma forte aderência aos princípios ESG.

Fonte: *BID Invest*



“Quando vamos financiar uma empresa, buscamos entender realmente como é que o conselho atua, como ele trabalha. Buscamos a governança da empresa.”

Marta Viegas, oficial responsável de Governança Corporativa do BID Invest

Um dos pontos a serem aperfeiçoados é a gestão da governança. Mais do que a definição de políticas, a mudança envolve uma atuação próxima dos conselhos de administração com a realidade das regiões onde a organização está presente. Para Marta Viegas, oficial responsável por Governança Corporativa do BID Invest, um conselho moderno e atuante, que vá a campo, é algo desejável quando a instituição analisa pedidos de financiamento.

Outro aspecto importante é identificar setores imprescindíveis para criar um ambiente de negócios que viabilize o desenvolvimento sustentável. Segmentos como energia, transporte e água e saneamento são fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo, pois impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas e as condições de sobrevivência no planeta.

Para viabilizar o investimento nesses setores estratégicos, é preciso inovar nos instrumentos regulatórios e de financiamento para reduzir a percepção de risco dos investidores privados. Os esforços de de-risking e de re-risking devem considerar tanto os riscos financeiros como os não financeiros. Para investidores institucionais de impacto, gerenciar adequadamente os riscos de reputação, como *greenwashing*, ou aspectos de integridade são muito importantes. Exemplos bem-sucedidos, como os de transição para eletromobilidade nas capitais do Chile e da Colômbia, e da transição para fontes limpas de energia no Uruguai, mostram como soluções inovadoras podem viabilizar os recursos necessários para a agenda climática.

Como Santiago e Bogotá aceleraram transição para eletromobilidade no transporte público

Gilberto Lima



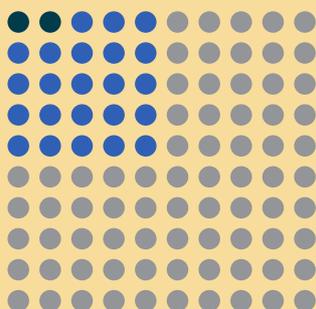
Ônibus elétrico no Chile (Foto: Ministerio de Transportes y Telecomunicaciones)

Estudo publicado este ano pelo BID alertou para a necessidade urgente de reestruturação do setor de transportes na América Latina e Caribe. De acordo com o documento [Transportation 2050](#), 40% das emissões de CO2 nas duas regiões são provenientes do setor de transportes. Por outro lado, a transição para veículos elétricos no transporte público vem crescendo desde a implementação do programa de cooperação técnica do Grupo BID para acelerar a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês).

25% é a contribuição do setor de transportes para as emissões globais de gases de efeito estufa.

9% é a parcela da América Latina e do Caribe nas emissões globais dos transportes.

Fonte: [Transportation 2050](#), BID



● Emissões do transporte na AL: 0,595 Gt
2% do total

● Emissões globais: 33,7 Gt

● Emissões globais provenientes do transporte: 8,3 Gt
25% do total

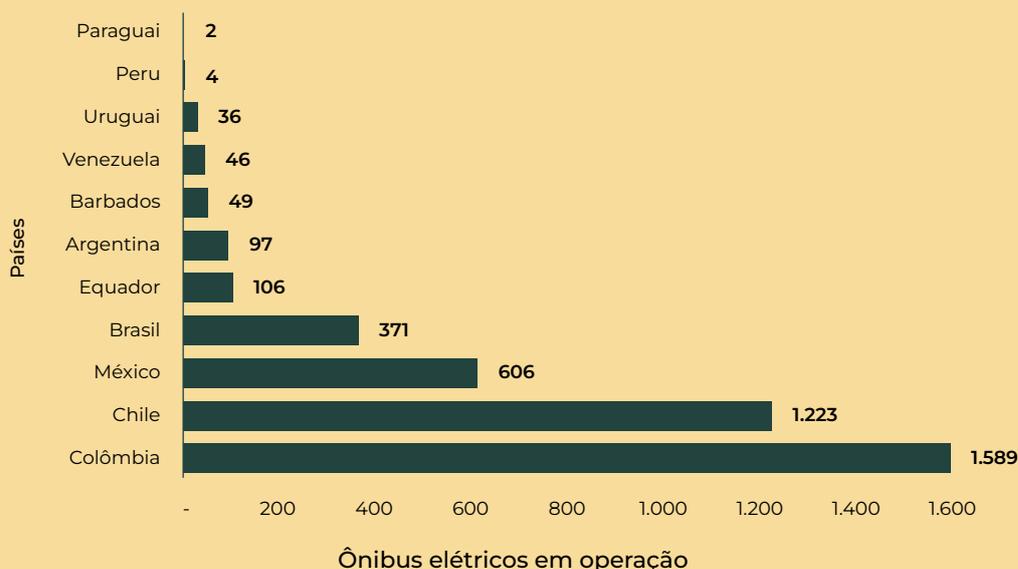
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do IEA (2022f).

Nota: Os números regionais da AL não incluem emissões provenientes de bunkers marítimos ou da aviação, nem do transporte por gasodutos.

Nos últimos cinco anos (2018-2023), a frota saltou de 120 para mais de 4 mil ônibus elétricos no transporte público nas duas regiões. Chile e Colômbia lideram a transição, com concessões de financiamento que permitiram colocar

1.400 ônibus elétricos em circulação nos últimos três anos nas capitais, Santiago e Bogotá. A cooperação técnica inclui avaliação de mercado, suporte técnico, consultoria financeira e treinamento.

Adoção de ônibus elétricos nos países da AL



Fonte: Pathways to Decarbonization and Climate Resilience in Latin America and the Caribbean/ BID.

De acordo com Felipe Ezquerro, chefe da Região de operações para o Cone Sul na Divisão de Infraestrutura e Energia do BID Invest, foi adotado um novo sistema de licitação nas duas cidades, com contratos separados para fornecimento da frota de ônibus e para a operação dessa frota. Dessa forma, foi possível endereçar o principal obstáculo ao desenvolvimento da eletromobilidade, que é o alto custo do investimento inicial.

Assim, o patrimônio dos ônibus e o patrimônio das duas partes envolvidas ficam separados.

Atualmente, os ônibus elétricos são mais competitivos e rentáveis do que os ônibus tradicionais no longo prazo, considerando a redução dos custos operacionais e de manutenção, embora o investimento na aquisição de um veículo novo seja duas a três vezes maior.

Nesse sentido, a adoção de diretrizes e padrões globalmente reconhecidos de boas práticas ESG é crucial para que o mercado de capitais possa mapear riscos e identificar oportunidades de retorno sem abrir mão da garantia de que seus recursos estão sendo utilizados de maneira ética, sustentável e lucrativa. Assim, a incorporação de padrões globais para os relatórios de sustentabilidade na estratégia de negócios se torna um diferencial competitivo, além de contribuir para a criação de um futuro mais sustentável e equitativo. “No ecossistema de investimento de impacto, ser transparente é uma boa decisão de negócios para aquelas empresas que querem atrair capital”, disse Luiz

Gabriel Azevedo, diretor geral de Estratégia do BID Invest.

Para que essa conexão direta entre investidores e tomadores de recursos funcione de uma forma eficiente, Nathalie Vidual, superintendente de Proteção e Orientação a Investidores Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destacou a importância da transparência para a segurança do mercado de capitais. O papel dos reguladores nessa engrenagem é cuidar para que informações verdadeiras, confiáveis e íntegras cheguem até os investidores, e que essas informações venham de forma periódica e com previsibilidade.



“É um tripé fundamental: monitoramento, relato e verificação que também se aplica aos instrumentos financeiros sustentáveis.”

Nathalie Vidual, superintendente de Proteção e Orientação a Investidores Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Maior escala para o blended finance

O *blended finance* tem sido uma das principais estratégias do BID Invest e de outros agentes do mercado para financiamento climático, mas ainda precisa ser mais bem compreendido pelos investidores. Combinação de recursos públicos, privados e filantrópicos para investir em projetos de impacto social e ambiental com mitigação de riscos, o instrumento permite atrair investidores que evitariam projetos de alto risco.

Fernanda Camargo, líder da Rede Sustentabilidade da Anbima e fundadora da Wright Capital, observou que o volume de recursos para o financiamento climático estruturados em *blended finance* na América Latina representa menos de 10% do total global de US\$ 200 bilhões estruturado em *blended* desde 2018. “Isso inclui clima, agrossilvicultura e as soluções baseadas na natureza. Ou seja, é muito pouco”, afirmou.

Para a executiva, a experiência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com *blended finance* é uma referência para o mercado. Em 2022, o banco recebeu 50 projetos em chamada pública e selecionou 11 elegíveis para *blended finance*. A demora na análise fez com que apenas um projeto tenha sido aprovado até agora, o que o diretor de Fundos de Crédito e *Blended Finance* do banco, André Carvalhal, atribuiu à própria complexidade do instrumento. “Projetos assim são um desafio, estamos aprendendo enquanto fazemos. O *blended* é, por natureza, muito complexo”, explicou Carvalhal.

O BID Invest concluiu recentemente um empréstimo estruturado em *blended finance* ao Sicredi, no valor de US\$ 30 milhões. Os recursos vão apoiar empreendimentos de porte micro, pequeno e médio liderados por mulheres no Brasil, oferecendo suporte financeiro e técnico a fim de reduzir desigualdades de gênero. Desse total, US\$ 5 milhões serão destinados ao financiamento de negócios na região amazônica.

“Trabalhar com agregadores, empresas que são especialistas nisso, é uma forma de espalhar essas oportunidades”, disse Fabio José Fagundes, que chefia a área de Produtos e Serviços Financeiros do BID Invest.

Originar para compartilhar

A região da América Latina e Caribe tem uma necessidade de investimentos de US\$ 2 trilhões em setores estruturantes, como portos, aeroportos e estradas. Para expandir as operações de financiamento e mobilizar capital para esses projetos, os acionistas do BID Invest aprovaram um novo modelo de negócios para a instituição. Um dos principais pilares é a atração de capital de outros investidores para a região por meio de uma atuação de catalisação e redução de riscos. Essa abordagem foi definida como originar para compartilhar.

Outro pilar fundamental para fazer com que o modelo funcione adequadamente é centrar os objetivos e operações do Banco cada vez mais em escalar o impacto das suas intervenções. A instituição se propõe a assumir mais riscos, expandir sua presença local e expandir o seu leque de produtos de maneira a atender as expectativas de uma ampla gama de investidores de impacto.

Em projetos de saneamento básico, área de significativa carência na região, o impacto social tem um apelo muito forte. “Esse é um setor que traz, ao mesmo tempo, retorno para quem vai investir, e impacto social muito robusto”, disse Carlos Almiro Melo, diretor de Relações Institucionais, Sustentabilidade e ESG da BRK em debate durante o SW24 sobre parcerias público-privadas na área de saneamento.



Crédito: AEGEA e Águas de Manaus

Dona Gisele, moradora do Beco do Nonato, em Manaus

Um exemplo é a transformação na vida de quem vive em palafitas na periferia de Manaus após os investimentos realizados pela empresa Águas de Manaus, uma subsidiária da Aegea. O projeto, que já se encontra em execução, receberá financiamento do BID Invest para acelerar o programa de universalização do serviço de saneamento e fornecimento de água potável.

Em 14 anos de atuação na área de saneamento no Brasil, a Aegea atende atualmente cerca de 31 milhões de pessoas em 15 estados. “Nós entendemos, desde o início, que a prioridade era dar uma resposta às populações mais vulneráveis. Estamos falando de 32 milhões de

pessoas sem acesso à água potável e 62 milhões sem tratamento de esgoto, uma população que está entre os mais pobres nas periferias do interior do Brasil. Essa é a prioridade nas nossas políticas”, afirmou o vice-presidente de Relações Institucionais da companhia, Rogério Tavares.

A captação dos recursos para financiar a ampliação da cobertura de esgoto para comunidades carentes em 32 pontos da capital amazonense foi estruturada pelo Citi Social Finance, com a emissão de debêntures no valor de R\$ 350 milhões da Aegea Saneamento e Participações.

Saneamento

Inovação e financiamento garantem água e esgoto para quem vive em palafitas

Kelly Lima



Crédito: AEGEA e Águas de Manaus

No fundo do vaso sanitário, apenas um buraco de quase dois metros, acumulando dejetos sob a palafita onde Dona Ivone Silva Oliveira, 69 anos, vivia com seus nove filhos no Beco do Nonato, na periferia de Manaus. Quando chovia, tudo era levado para o córrego ao lado, mas na seca, o cheiro era insuportável, como ela relatou a visitantes durante a Sustainability Week 2024 na cidade. Entre eles, James Scriven e Ilan Goldfajn, respectivamente presidentes do BID Invest e do BID.

O acesso à água potável e conexão com a rede de esgoto em palafitas, moradia comum nas periferias de Manaus, é uma das prioridades do projeto apoiado pelo BID Invest, braço do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) voltado para o setor privado, que busca ampliar a rede de saneamento da cidade.

A Aegea, que controla a concessionária Águas de Manaus, já investiu perto de R\$ 1 bilhão de um total de R\$ 3 bilhões a serem aplicados no saneamento da cidade em dez anos. Isso deverá conectar mais de 2 milhões de pessoas ao sistema de abastecimento. A taxa de acesso à rede de

esgoto já chegou a 33%. Com os investimentos, Manaus é hoje a capital que mais investiu em abastecimento de água nas regiões Norte e Nordeste, segundo levantamento da Trata Brasil.

Em áreas como o Beco do Nonato, a concessionária tem instalado redes aéreas de distribuição de água e coleta de esgoto, utilizando métodos inovadores para garantir o fornecimento de maneira segura e eficiente. Essa iniciativa melhorou significativamente a qualidade de vida dos moradores e promoveu inclusão por meio da Tarifa Social.

Reconhecido pelo Prêmio Cases de Sucesso em Água e Saneamento do Pacto Global das Nações Unidas em 2019, o projeto levou água potável a mais de 900 moradores e encontrou soluções para o esgotamento sanitário. Com o apoio do BID Invest, a Aegea planeja expandir essa metodologia para outras áreas de palafitas em Manaus, promovendo a universalização dos serviços de saneamento básico e ajudando a reduzir as desigualdades sociais.

Nem sempre as soluções envolvem bilhões de dólares ao longo de uma década, e devem ser considerados também modelos locais de atuação customizados para realidades específicas. Para levar água potável às comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas, uma parceria com especialistas locais foi suficiente para a Coca-Cola Brasil

garantir o impacto social do investimento em um momento crucial: a seca histórica na bacia do Rio Amazonas registrada em 2023. Mesmo com o rio seco, moradores de áreas remotas puderam contar com os sistemas de tratamento e armazenamento de água instalados pelo Programa Água+Acesso.

Saneamento

Parceria garantiu água potável em meio à seca histórica no Amazonas

Andréia Lago

Em maio de 2023, quando o estado do Amazonas registrava a pior seca de sua história, moradores de comunidades ribeirinhas localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (RDS-PP) enviavam vídeos de agradecimento para a Fundação Amazônia Sustentável (FAS). Nas imagens mostravam o rio Purus seco. “Olha, aqui tá tudo barro, o rio secou. Mas não faltou água porque a gente tá com o sistema de bomba”, contava um morador.

O relato foi compartilhado pelo diretor de Sustentabilidade para o Brasil e Cone Sul da Coca-Cola na América Latina, Rodrigo Brito, durante o SW24 e comprova o valor das parcerias para fazer investimentos de impacto na Amazônia. Parceira desde 2017 do Projeto Água+Acesso, realizado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS), a empresa anunciou mais R\$ 4 milhões de investimentos para este ano. O projeto já garantiu acesso à água potável para 85 comunidades ribeirinhas no Amazonas e no Pará, todas com modelos autossustentáveis de gestão comunitária dos sistemas de abastecimento de água.

Distante 223 km de Manaus, a RDS-PP está localizada na região central do estado, a área mais bem conservada e rica da bacia do Rio Purus, que integra o Corredor Ecológico Central da

Amazônia. Dentro da reserva, é o rio que garante acesso à água doce para todas as atividades, desde higiene pessoal até o cultivo e preparo de alimentos. O sistema de captação, tratamento e armazenamento de água do Projeto Água+Acesso usa energia sustentável, gerada por painéis fotovoltaicos ligados a uma estação de tratamento de água, com capacidade para tratar até 5 metros cúbicos por hora.

No Brasil, o acesso à água potável aumentou de 81% para 84% da população entre 2010 e 2020. A cobertura de abastecimento e de esgotamento sanitário no mesmo período aumentou de 20% para 50%. Os dados integram o estudo [“O Líquido da vida: Estimando os impactos dos serviços de água e saneamento no Brasil”](#), realizado pelo BID Invest em parceria com a BRK Ambiental, uma das maiores empresas privadas do país no setor, a fim de medir a externalidade positiva do saneamento.

De acordo com o levantamento realizado em 38 cidades onde a BRK atua, um aumento de dez pontos percentuais na cobertura de água e esgoto reduz em 50% os casos de dengue. Como consequência, reduz as internações por doenças de veiculação hídrica em 60%, em média, e diminui o gasto público no tratamento dessas enfermidades em 40%.



“Tudo isso que a gente faz, nós não fazemos sozinhos. Fazemos com aliados locais que estão muito capilarizados e têm muito conhecimento dessa região.”

Rodrigo Brito, diretor de Sustentabilidade para o Brasil e Cone Sul da Coca-Cola na América Latina

Algumas iniciativas envolvendo o capital privado já começaram a sair do papel. Um deles foi realizado pelo *Citi Social Finance* em 2022, com empréstimo de US\$ 20 milhões à *Innova Schools*, do Grupo Intercorp, para construir e reformar escolas em um esforço para melhorar o acesso à educação de qualidade no Peru. O acordo faz parte de um projeto maior de co-financiamento em parceria com uma agência europeia de desenvolvimento que canaliza capital para iniciativas sociais na América Latina, África e Ásia.



“Tenho três coisas na minha cabeça para mobilizar fundo com as cidades globais nessa escala. Uma, obviamente, são nossos clientes. Trabalhamos, fazemos parceria com clientes que estão inovando e se aprofundando nas diferentes categorias de impacto. Segundo, temos parceiros como o BID Invest e comunidades de investimento de impacto. E terceiro, nós precisamos ter uma cidade que tenha um alcance global, com agentes bancários que entendem a estrutura local, falam a língua local.”

Jorge Rubio, diretor global do Citi Social Finance

Governança nas empresas familiares

A realidade não é diferente nas empresas de gestão familiar. A inclusão de boas práticas de ESG no processo de tomada de decisão de investimentos já faz parte da rotina de algumas das maiores organizações do varejo brasileiro com essa estrutura presentes na SW24, como Magazine Luiza, Bemol e Grupo Baumgart.

Para as empresárias Luiza Trajano, Gabriela Baumgart e Ilana Minev, é consenso que a atuação dos conselheiros precisa ir além de reuniões em salas fechadas e leitura de relatórios. É preciso saber o que realmente acontece na companhia, que envolve ir a campo e ter contato com gerentes, vendedores e consumidores. Para ter o que Gabriela Baumgart, conselheira de administração do Grupo Baumgart, chamou de “governança com alma”, é necessária uma jornada de aprendizado.

Membro da terceira geração da Bemol, empresa de 81 anos que atua em 69 cidades da Amazônia Ocidental, Ilana Benchimol Minev contou que as mudanças no conselho começaram após a morte do avô e fundador da empresa, em 2002. Hoje, ela preside o Conselho de Administração, que inclui membros externos independentes e especialistas, contribuindo para equilibrar decisões em temas sensíveis e emocionais, comuns em empresas com gestão familiar. “Então, você ter um especialista que conheça o tema, que não tem nenhum lado emocional, é super relevante”, disse a executiva.

Mercado em expansão é oportunidade para investimento

Dados da pesquisa [Sustentabilidade no Mercado de Capitais](#), divulgada pela Anbima em 2022 com dados referentes ao ano anterior, mostraram uma evolução significativa no engajamento dos profissionais do segmento com investimentos ESG. Enquanto em 2018 apenas 34% das gestoras declararam ter alguma estrutura para tratar de ESG, o último levantamento revelou que 71% afirmam ter alguma estrutura para tratar do assunto. Para Zeca Doherty, diretor-executivo da Anbima, há uma evolução que tende a crescer na próxima edição da pesquisa, a ser divulgada no início de 2025.

De acordo com dados da *Climate Policy Initiative* (CPI), a América Latina e Caribe representam apenas 4% dos US\$ 1,3 trilhão

destinados ao financiamento climático no mundo. Essa baixa participação dos investimentos privados em impacto e ESG na região é percebida como uma oportunidade para crescer nos próximos anos.

O desafio, disse Carole Sanz-Paris, diretora de Mercado de Capitais de Dívida e Financiamento Estruturado do BID Invest, é desenvolver mercados de capitais que são hoje menos maduros em países da América Latina e Caribe e, ao mesmo tempo, mobilizar capital privado para financiar projetos com impacto ambiental e social.

Durante o evento, José Pugas, sócio e diretor de ESG da JGP, anunciou parceria com a BB Asset Management para criar uma gestora de fundos dedicada exclusivamente para investimentos sustentáveis. O objetivo é criar a maior carteira dedicada ao setor no Sul Global, com meta de alcançar R\$ 22 bilhões em ativos até 2028.



“É um mercado que está crescendo. Essa é uma oportunidade para catalisar o investimento para medidas sustentáveis, e o capital de mercado nos permite ter uma base de investimentos mais ampla e de mais longo prazo.”

Carole Sanz-Paris, diretora de Mercado de Capitais de Dívida e Financiamento Estruturado do BID Invest



Mudanças climáticas

Capítulo 5

Agenda exige urgência e engajamento

O risco climático é uma agenda de agentes públicos e privados e exige mais proatividade e engajamento. As discussões transversais sobre esse tema realizadas durante o evento evidenciaram que a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas faz parte da estruturação de um modelo econômico justo e inclusivo nos países da América Latina e Caribe.

Em mensagem transmitida por vídeo, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos e fundador da organização The Climate Reality Project, Al Gore, pediu uma postura mais proativa do capital privado, que deverá responder por 80% do financiamento climático estimado para os países em desenvolvimento. Para Gore, instituições financeiras e empresas precisam estruturar seus portfólios e cadeias de abastecimento com o objetivo do Net Zero em mente.



“Sabemos o que precisamos fazer para resolver a crise climática, mas permanece a questão se a resolveremos em tempo. Acredito que podemos e acredito que iremos, mas requer liderança particularmente do setor privado, especialmente para que os bancos multilaterais de desenvolvimento adotem soluções para esta crise e rejeitem as falsas promessas da indústria dos combustíveis fósseis.”

Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos e fundador da The Climate Reality Project

A destruição e as mais de 170 mortes causadas pelas enchentes de maio deste ano no Rio Grande do Sul ilustraram a urgência de promover o debate sobre o envolvimento do setor privado na mobilização de recursos para a agenda climática. Após anunciar que o BID disponibilizará R\$ 5,5 bilhões para ações de reconstrução no Rio Grande do Sul, com liberação imediata de R\$ 1,5 bilhão, o presidente da instituição, Ilan Goldfajn, informou que o banco está modernizando o seu arcabouço estrutural existente para lidar com desastres naturais.



“Nós temos que trabalhar um programa contingente regional com todos os países, porque os desastres serão muito mais frequentes e muito mais pesados do que se imaginava.”

Ilan Goldfajn, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Segundo Goldfajn, o que existe atualmente não é mais suficiente para a dimensão das catástrofes que estão ocorrendo e virão a ocorrer. Nesse contexto, o novo arcabouço deve incluir elementos importantes para que os países estejam preparados e, uma vez que o desastre ocorra, deverá prever recursos financeiros de contingência.

Existem diversos instrumentos que podem ser utilizados, como a emissão de bônus-catástrofe, que adequa as responsabilidades do emissor com pagamento se houver um desastre. Entre as demais iniciativas consideradas, estão linhas de crédito emergenciais com liberação imediata e até um fundo regional com recursos de todos os países, que poderá ser acessado na ocorrência de um desastre. Mais do que instrumentos financeiros, Goldfajn avalia que será necessário prever mecanismos que possam atuar em conjunto na reconstrução após uma calamidade climática.

Mitigação e adaptação

- Os esforços de mitigação buscam evitar os impactos incontornáveis que as alterações climáticas teriam se não fossem restringidas, por meio da redução das emissões e da facilitação da transição para uma economia de baixo carbono;
- As estratégias de adaptação procuram gerir o inevitável, lidando com os impactos das alterações climáticas hoje e no futuro por meio do fortalecimento da resiliência às mudanças nas condições ambientais.

Fonte: BID Invest.

Mesmo expostos a diferentes riscos físicos e de transição resultantes das mudanças climáticas, diferentes levantamentos apontam que a consciência e a atuação dos conselheiros de administração precisam crescer para tornar o tema uma prioridade nas empresas.

De acordo com pesquisa do *CDP Latin America*, apenas 32% das empresas na América Latina incluem questões climáticas em suas estratégias e 15% têm um plano de transição alinhado aos objetivos de cada país. Mesmo assim, 56% têm processos para responder a riscos e oportunidades e 62% estão engajadas com sua cadeia de valor.

Governança



62%

das empresas têm as questões climáticas sendo supervisionadas pelo Conselho Diretor.

Estratégia



32%

das empresas fazem uso de cenários climáticos para traçar sua estratégia.

15%

das empresas possuem um plano de transição climática alinhado ao cenário de 1,5°C até 2030.

Gestão de Riscos e Oportunidades



56%

das empresas possuem um processo para identificar, avaliar e responder a riscos e oportunidades climáticas.

Fonte: *CDP Latin America*

Descarbonização passa pelo incentivo ao sequestro de carbono

A descarbonização das economias, por meio de maior eficiência energética e redução de emissões, é crucial para atingir os objetivos do Acordo de Paris e minimizar as mudanças climáticas. Porém, dados do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC-ONU) apontam que o que foi feito até agora não é suficiente, exigindo a mobilização de mais recursos e vontade para avançar simultaneamente na redução de emissões e no aumento do sequestro de carbono. Nesse contexto, os créditos de carbono têm um papel pioneiro, mas seu uso ainda é pouco incentivado no debate climático e econômico global.

Para Hilén Meirovich, diretora de Mudanças Climáticas do BID Invest, é crucial incentivar o debate e apresentar mais evidências sobre os mecanismos já adotados e os que precisam ser implementados, além de compartilhar os benefícios dos créditos de carbono com as partes mais afetadas. “As comunidades não estão recebendo os benefícios dos créditos de carbono”, afirma Meirovich.



“Não temos tempo a perder. Temos apenas mais seis anos até 2030, e até lá precisamos manter a temperatura sem aumento.”

Hilén Meirovich, diretora de mudanças climáticas do BID Invest

O armazenamento de carbono por meio dos oceanos e biomas terrestres é uma das poucas maneiras de reduzir as emissões de gases

do efeito estufa (GEE). Algumas iniciativas de soluções baseadas na natureza têm se destacado pelo sequestro de carbono por meio do reflorestamento, especialmente na Amazônia, onde empresas já investem na recuperação de áreas degradadas ou em parcerias com proprietários de terras com vegetação nativa.

Soluções em parceria com a natureza

Frequentemente, essas iniciativas operam como fundos de investimento, adquirindo ou colaborando com donos de terras e utilizando técnicas avançadas para restaurar essas áreas. Os créditos de carbono gerados são vendidos a grandes empresas globais, que têm investido em soluções como essa. Para Thomas Oldham, CIO da Mombak, o reflorestamento é a maneira mais eficaz de fazer sequestro de carbono.

Recentemente, a Microsoft adquiriu 1,5 milhão de toneladas de carbono da Mombak, startup especializada em sequestro de carbono por meio de reflorestamento, para serem entregues até 2032. Fundada há três anos, a Mombak tem uma operação verticalizada na Amazônia, com aquisição de áreas degradadas para reflorestamento, o que torna o impacto da sua remoção de carbono superior ao das empresas que trabalham com a floresta em pé. A estratégia permite a venda dos créditos de carbono acima dos valores médios do mercado.

Para as empresas que precisam compensar suas emissões, a percepção é de que o custo elevado dos créditos de carbono compensa. Esse é um dos caminhos mais eficazes para reduzir a pegada de carbono, avalia a gerente sênior do Programa de Soluções Baseadas na Natureza da Amazon, Anazelia Tedesco. A empresa também firmou parcerias com o setor privado e pequenos proprietários para restaurar terras públicas, integrando essas áreas na economia de restauração.

Outra solução é a LEAF Coalition, uma parceria público-privada formada para deter o desmatamento tropical até 2030 e que reúne governos, setor privado, povos indígenas, comunidades locais e a sociedade civil. A coalizão celebra contratos paralelos - de um lado, com governos de países com grandes reservas florestais que estão vendendo créditos e, de outro, com compradores corporativos e governos doadores da Coalizão LEAF.

Isso permite que a Emergent - organização sem fins lucrativos que coordena a coalizão - ofereça créditos de países com reservas florestais a vários compradores por meio de um único contrato, enquanto os compradores, por meio de seu contrato único com a Emergent, podem adquirir créditos de vários desses países. Com recursos superiores a US\$ 1,5 bilhão, a iniciativa já tem adesão do Reino Unido e Noruega entre os doadores.



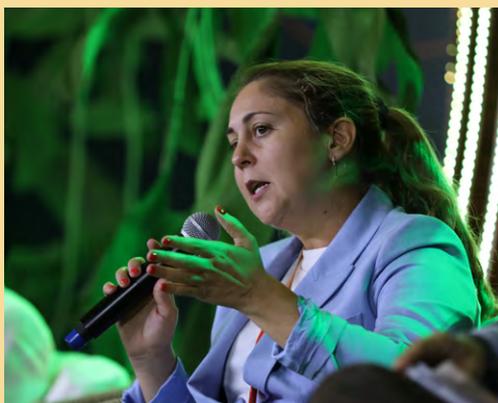
Segurança Alimentar

O desafio de desenvolver sistemas alimentares sustentáveis e combater a fome na região

Andréia Lago

No contexto de descarbonização das economias da região com inclusão social e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, um dos maiores desafios é construir sistemas alimentares sustentáveis e resilientes no longo prazo e, ao mesmo tempo, garantir segurança alimentar na América Latina e Caribe (LAC, na sigla em inglês). Com 40% da população em situação de insegurança alimentar, esse é um problema estrutural que afeta 267 milhões de pessoas nas duas regiões.

Embora o problema regional não seja a disponibilidade de alimentos, já que a LAC produz mais que o dobro da necessidade para alimentar sua população, há outras dimensões da segurança alimentar que exigem atenção. Daniela Godoy, coordenadora regional da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), lembrou que há problemas de acesso físico e econômico. “Há pessoas que não têm renda suficiente ou acesso a alimentos nutritivos. Além disso, a alimentação saudável é mais cara na LAC do que em outras regiões, o que afeta populações vulneráveis”, observou Godoy.



Daniela Godoy, da FAO, durante a Sustainability Week 2024

Para o cientista da Aliança de Biodiversidade Internacional e do Centro Internacional para Agricultura Tropical (CIAT, na sigla em inglês), Ciniro Costa Jr., será necessário incorporar novas tecnologias e inovar na produção agropecuária, especialmente se lembrarmos que o sistema que vigorou nos últimos anos é muito vulnerável às mudanças climáticas”, disse o especialista em sistemas alimentares e clima.

Em linha com os parâmetros adotados pelo BID Invest para sua estratégia de impacto e novos negócios com o agronegócio, Costa Jr. apontou quatro pilares como essenciais para desenvolver resiliência climática na produção de alimentos: 1) Ação climática, que envolve principalmente a redução das emissões de gases de efeito estufa, 2) Diversificar a produção agrícola, 3) Inclusão social e 4) Melhorar a produtividade em áreas já abertas. “Na verdade, deveríamos reduzir as áreas utilizadas para agropecuária e destiná-las para outros usos, como reflorestamento”, recomendou o cientista.

Outro pilar adicionado recentemente à estratégia do BID Invest para investimentos em agronegócios é ampliar a participação do banco no ecossistema de empreendimentos Agrifood Tech, que tem investido nas proteínas alternativas. Para isso, a instituição tem aumentado o envolvimento com diversos players desse ecossistema, desde fundos de capital de risco até ONGs que promovem o desenvolvimento de proteínas alternativas.

Cenário internacional

O histórico de desmatamento e o grande volume de exportação de commodities para o mercado europeu coloca o Brasil entre os países mais vulneráveis aos potenciais impactos da Regulação Europeia sobre Desmatamento (EUDR). Embora isso represente um desafio, oferece também uma oportunidade para empresas que tenham postura progressiva em relação às questões de ESG.

O dispositivo, que entrará em vigor no final de 2024, proibirá a entrada no mercado europeu de produtos originados de áreas desmatadas, com foco em commodities como soja, carne bovina, óleo de palma, madeira, cacau e café. Isso exigirá do Brasil a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e mais transparência na cadeia de fornecimento para atender às exigências da União Europeia. A EUDR exigirá um rastreamento rigoroso e a prova de que os produtos não contribuíram para o desmatamento.

Ao debater a transição para práticas mais sustentáveis de setores altamente poluentes, a consultora Ana Luci Grizzi, vice-líder de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas para a América Latina da EY Brasil, afirmou que a nova legislação europeia irá impactar todo o setor de negócios e alimentos no Brasil. É consenso, neste sentido, que os ajustes necessários para as novas regras envolvem aspectos regulatórios e políticas de investimentos por parte dos agentes do mercado financeiro brasileiro.



“Sem um quadro regulatório, não temos segurança jurídica. Sem o mínimo de segurança jurídica, não temos investimentos.”

Ana Luci Grizzi, Vice-Líder de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas para a América Latina da EY Brasil

Para Grizzi, o cenário atual no Brasil é de ausência de precificação do carbono, de regulamentação sobre gases de efeito estufa e de políticas públicas de Estado. Diante disso, as empresas privadas brasileiras assumem compromissos praticamente voluntários em relação às suas emissões, afirmou.

Nesse sentido, a demora na aprovação do projeto de lei para a criação do mercado regulado de carbono pelo Congresso representa uma incerteza legal que limita o alcance dos mecanismos no financiamento climático de setores intensivos em emissões de carbono. A situação cria um custo alto de oportunidade, uma vez que o Brasil dispõe de um capital natural - vastas reservas florestais e abundância de recursos hídricos e biodiversidade - que diferencia o país do resto do mundo e que não está sendo aproveitado.



Energia

Diversificar para não faltar

Gilberto Lima

Embora a matriz energética brasileira seja notoriamente conhecida pela alta participação de fontes renováveis, outros países da América Latina e Caribe conseguiram avançar mais nos últimos anos na ampliação do uso desses recursos. O caso da Costa Rica, apresentado pela consultora Irene Cañas Díaz, sócia da Boreal Renewable Energy Development, revela como a diversificação da matriz energética colocou o país numa posição mais confortável para lidar com os efeitos do fenômeno El Niño sobre a disponibilidade de recursos hídricos.

Assim como o Brasil, a Costa Rica tinha uma matriz concentrada em energia hidrelétrica até os anos 1970, quando uma grave seca causada por El Niño levou o país a ampliar suas opções. Considerada uma das zonas mais vulcânicas do mundo, a primeira alternativa foi beneficiar-se das múltiplas fontes geotérmicas, que geram energia a partir de água e vapor produzido naturalmente pelo solo. Como os vulcões da Costa Rica são

parques nacionais, foi necessário perfurar fora dos parques, de forma direcional, para acessar as fontes abaixo da superfície.

Na sequência, o país investiu em energia eólica e solar, e também passou a usar biomassa produzida com os rejeitos da indústria de cana de açúcar. Para Díaz, é uma solução adequada para os períodos mais secos. “Quando não temos água suficiente, temos biomassa da cana e temos vento. Acredito que o mais importante é ter uma combinação de diferentes fontes”, afirmou a consultora. Atualmente, a Costa Rica tem 99,4% de cobertura de energia elétrica e 100% de geração com fontes renováveis.

Para Díaz, a diversificação das fontes renováveis é fundamental para os países da região no contexto das mudanças climáticas, uma vez que a maioria dos países da América do Sul dependem muito da geração hidrelétrica. “E quando enfrentamos o El Niño, todos nós temos problemas”, afirmou.



“Desenvolver a interligação entre os países é fundamental para a transição energética, porque se conseguirmos desenvolver as fontes em cada país, teremos a oportunidade de trocar eletricidade quando uma fonte não gera tanto quanto outras.”

Irene Cañas Díaz, sócia da Boreal Renewable Energy Development

Resultados

Na introdução desta publicação, dissemos que o BID Invest deseja cocriar soluções com parceiros que compartilham nossos compromissos e fazer um chamado à ação, um objetivo realçado nas semanas que se seguiram ao encontro em Manaus.

Na última semana de junho de 2024, o BID Invest emitiu seu primeiro bônus para captar recursos destinados ao financiamento de

iniciativas verdes e sociais na Amazônia. A emissão captou US\$ 50 milhões por meio de títulos com vencimento em 2029 adquiridos na totalidade pelo fundo Record Emerging Market Sustainable Finance. Para James Scriven, CEO do BID Invest, a aceitação do bônus pelo setor privado mostra um apetite emergente dos investidores em apoiar o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A seguir, o BID Invest participou da oferta pública de títulos vinculados à sustentabilidade feita pela Natura Cosméticos na primeira quinzena de julho de 2024. Com investimento de R\$ 200 milhões, a adesão do BID Invest como investidor de impacto positivo visa estimular um mercado de capitais sustentável, com instrumentos inovadores e promotor de impacto social e econômico positivos, além de contribuir para a estratégia de sustentabilidade da Natura por meio de suas soluções baseadas na natureza. Até o momento, o BID Invest apoiou seus clientes na emissão de 41 títulos com etiquetas sustentáveis na América Latina e Caribe, num total equivalente a US\$ 3,6 bilhões.

As duas operações inauguram um legado efetivo do encontro em Manaus, fortalecendo a ideia de que os debates e parcerias continuem

evoluindo para uma implementação de ações efetivas nos temas centrais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo na América Latina e Caribe.

Nós, do BID Invest, continuaremos ampliando nossa atuação a partir do novo modelo de negócios e fortalecendo parcerias com outros bancos multilaterais, agências bilaterais, bancos privados e investidores institucionais a fim de acelerar esse processo.

Esperamos todos na SW26!

Luiz Gabriel Azevedo, Diretor Geral de Estratégia do BID Invest



Disclaimer

As opiniões apresentadas neste documento são dos autores que as expressaram, não representando, portanto, necessariamente a visão do BID Invest ou do seu Conselho Diretor sobre os temas cobertos.

Expediente**Redação e Edição:**

Alter Conteúdo (Kelly Lima, Andréia Lago, Bruno Motta e Gilberto Lima)

Coautor:

BID Invest (Gabriel Todt de Azevedo)

Projeto Gráfico e Design:

Alter Conteúdo (Letícia Nascimento e Emanuel Pappis)

www.alterconteudo.com.br



Os seguintes parceiros foram patrocinadores da Sustainability Week 2024

Parceiros Institucionais



Principais Parceiros



Parceiros Diamante



Parceiros Platina



Parceiros Ouro



Parceiros Prata



Apoiadores do Evento



Parceiros de Rede





 IDB Invest

SUSTAINABILITY WEEK

2024